

Funaro pretende promover abertura econômica

Ministro e assessores acham economia excessivamente fechada e debatem sua modernização

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, já está trabalhando os instrumentos capazes de promover uma abertura maior da economia, de forma a integrá-la de forma mais decisiva ao sistema capitalista internacional. O ministro e seus principais assessores têm discutido intensamente o assunto, as conversas sobre o mesmo começam a fluir nos corredores do terceiro andar da Fazenda, e o diagnóstico que está em destaque é o de que a economia brasileira é excessivamente fechada e precisa se "modernizar", preparar para novos tempos.

A tese que prevalece entre o ministro e os seus dois principais assessores, os economistas João Manoel Cardoso de Melo e Luis Gonzaga de Mello Belluzzo, é a de que a economia brasileira padece de escassez de capital. Este, entretanto, para fluir com intensidade na economia, de forma a permitir seu crescimento anual de 7 ou 8 por cento, nos próximos anos, esbarra na dívida externa, que começa a se revelar aos olhos dos brasileiros como um instrumento poderoso de dominação internacional, como pode ser facilmente verificado em declarações dos credores externos à disposição expressa por Funaro de que o Governo pretende limitar o pagamento de juros a somente 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e não mais 5 por cento, sob pena de se processar, de agora em diante, um esvaziamento de divisas perigoso para a soberania nacional.

Segundo Luis Gonzaga Belluzzo, é necessário atrair capital "novo" para o País. Ele reconhece que existia uma excessiva acumulação de capital velho na estrutura industrial existente cuja instalação no País começou como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek Mas, a grande dúvida é saber, como indagam alguns economistas, como o professor Lauro Campos, se o capital velho deixará o capital novo se instalar. Em outras palavras, o novo capital seria utilizado para dinamizar a atual estrutura produtiva e ocupacional, criaria as bases de uma nova estrutura produtiva ou viria engordar ainda mais a atual estrutura industrial que teve como resultado conhecido e admitido oficialmente o estímulo à excessiva concentração da renda?

Os planos que estão sendo discutidos por Funaro e seus assessores econômicos levam em conta a necessidade de se criar as condições para reproduzir o surto de industrialização — instalação de novas fábricas, principalmente — que se verificou na década de 50. Mas, as condições ideais para permitir tal quadro de geração de investimentos — crédito abundante e barato para instalar plantas industriais — somente surgirão com o capital. A poupança nacional está escassa. Os fundos que serão obtidos pelas últimas medidas econômicas voltadas para a limitação do consumo provavelmente não serão suficientes e a sua destinação já começa a ser questionada, muitos já admitindo, inclusive, que poderão ser canalizadas à cobertura do déficit para evitar que o Governo lance mão da dívida pública para continuar financiando-o, o que pressionaria as taxas de juros e colocaria em risco os investimentos.

A idéia do ministro da Fazenda de promover uma maior "integração" da economia nacional ao comércio e ao sistema bancário internacional está intimamente associada à de buscar alternativas concretas para garantir o financiamento dos investimentos futuros. Funaro, na segunda-feira, adiantou que na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, prevista para quinta-feira, poderão ser criados instrumentos mais flexíveis para atrair o capital externo e admitiu que o mesmo deverá ser feito em relação à bolsa de valores, que deverá doravante se transformar em instrumento de captação de recursos externos a serem destinados aos investimentos industriais.

A notícia — divulgada pela repórter Cláudia Safatle, da *Gazeta Mercantil* — de que a corretora norte-americana, Merrill Lynch gostaria de comprar cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, formado pelas ações das principais empresas estatais brasileiras, sob condição de o Governo flexibilizar as normas de funcionamento da bolsa de valores, casa perfeitamente com as declarações do ministro Funaro dadas na segunda-feira. O movimento oficial da política econômica casa, da mesma forma, com declarações de Luis Gonzaga Belluzzo em defesa da capitalização das empresas estatais no mercado acionário. Elas obteriam, sob concessão do Governo, o direito de lançar debêntures no mercado para levantar recursos necessários ao financiamento dos seus investimentos.



Belluzzo: Abertura ajudará a atrair capitais

se as debêntures seriam ou não convertíveis em ações. Há dois documentos elaborados pelos técnicos da Fazenda a respeito do assunto, ambos preliminares porém, um, o segundo, é bem mais substancial que o outro. Este, publicado pelo *CORREIO BRAZILIENSE* prevê que as debêntures negociadas serão convertíveis em ações, mas aquele, publicado pela *Gazeta Mercantil*, diz o contrário, a conversão não seria permitida. Caso as debêntures sejam convertidas em ações, os investidores estrangeiros, como ocorre, no momento, com a Merrill Lynch, poderiam negociar ações das estatais na bolsa. Bastaria que as empresas estatais, diante da impossibilidade de resgatar os grandes lotes de debêntures adquiridas pelos investidores (grandes bancos, grandes empresas, grandes fundos de investimentos etc), entregassem suas ações em pagamento. Atitude semelhante foi tomada recentemente pelo grupo Iochpe, que entregou ações em pagamento da sua dívida externa.

"INTEGRAÇÃO"

A abertura da economia pretendida pelo ministro Funaro e seus assessores econômicos possibilitaria, no seu entender, a conversão de parcela substancial da dívida externa em capital de risco e a criação de um fundo de investimento aberto ao capital externo cujas ações poderiam ser negociadas em todas as bolsas internacionais.

Na prática, portanto, o ministro está criando as condições reivindicadas há tempos pelo capital externo como pré-condição para investir no Brasil. Esse comportamento, somado à flexibilização da política de Informática, decidida na última semana, na reunião do Conin, na qual ficou estabelecido o *copyright* no software — programação de computadores — uma reivindicação norte-americana contestada pelas empresas nacionais, sob o argumento de que fere a reserva de mercado —, indica a disposição do Governo de oferecer condições que destinam-se a produzir, em contrapartida, uma maior boa vontade dos banqueiros em atender às reivindicações brasileiras em favor de uma redução no pagamento dos juros da dívida externa, que corres-

pondem, atualmente, a aproximadamente 5 por cento do Produto Interno Bruto

pondem, atualmente, a aproximadamente 5 por cento do Produto Interno Bruto

MOMENTO DECISIVO

O teste decisivo para o Brasil, para se certificar se conseguirá esse gesto de boa vontade da banca internacional, será no próximo dia 5 de setembro, data-limite para a assinatura do contrato de refinanciamento da dívida vencida este ano e da renovação dos créditos de curto prazo, essenciais ao financiamento das importações. Dois importantes credores — Canadá e Japão — relutam em assinar o acordo do qual deverão fazer parte 750 bancos, que compõem o universo dos credores brasileiros, com destaque, particularmente, para os principais 14 bancos norte-americanos que são responsáveis por mais da metade da dívida externa.

As declarações recentes do ministro Funaro de que o Brasil poderá pagar somente 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), no próximo ano, não caiu bem junto aos banqueiros. Na sexta-feira, o vice-presidente da subsidiária brasileira do Bank of America, Joel Korn, declarou que se forem fixados tetos para o pagamento dos juros as negociações se complicarão. Segundo ele, com a recente queda dos juros, e outras que poderão vir brevemente, o País pagará entre 2,8 e 3 por cento do PIB de juros, por ano, não sendo, portanto, necessária, a fixação de limites. Na verdade, os bancos querem preservar a liberdade da taxa de juros de oscilar conforme as circunstâncias e não aceitam dobrar-se ao argumento em favor de fixá-la previamente.

A disposição do Governo, segundo assessor internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, é de reduzir o saldo comercial, nos próximos dois anos, porque o País precisa importar mais para garantir o crescimento econômico. Como as previsões oficiais indicam que as exportações não deverão crescer além de 3 por cento ao ano em 1987 e 1988, enquanto se prevê um crescimento da ordem de até 10 por cento das importações durante 1987. Consequentemente, sobrará menos dinheiro para o pagamento dos juros. Está prevista, para sustentar o aumento das importações, uma redução significativa das reservas cambiais, cujo total passou a ser segredo. Mas, o Governo deseja obter empréstimos novos para sustentar o crescimento. A abertura da economia, desta forma, se insere na estratégia oficial de atrair capital — capaz de suprimir a escassez "histórica" do mesmo, no entender dos assessores de Funaro, Belluzzo e João Manoel — para financiar o crescimento ao mesmo tempo em que se tentará renegociar a dívida externa. Resta saber se internamente, estão criadas as condições políticas propícias para tanto.